



Resistência do dativo de primeira pessoa na batalha (quase) perdida dos clíticos pronominais do português brasileiro

The Survival of the First Person Dative Pronoun in the (Almost) Lost Battle of Pronominal Clitics of Brazilian Portuguese

Maria Aparecida Torres Morais

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo / Brasil

torres.mariacida@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1012-3795>

Heloisa Maria Moreira Salles

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal / Brasil

heloisasalles@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3637-3453>

Resumo: Este estudo investiga a cisão pronominal na expressão dos dativos no português brasileiro (PB), a qual consiste na presença dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas *me* e *te*, em oposição aos pronominais tônicos *ele(s)*, *ela(s)*, introduzidos por *a* e *para*, em decorrência da perda dos clíticos dativos *lhe(s)*. Em termos descritivos, focalizamos a resistência do clítico *me*, na sua ampla distribuição sintática em predicados ditransitivos e monotransitivos, com verbos inergativos e inacusativos, entre eles, os verbos psicológicos, e em estruturas com o dativo ético. Assumindo uma abordagem teórica da cisão com base na hipótese de um traço interpretável de pessoa nos núcleos funcionais aplicativos (cf. TORRES MORAIS; SALLES, 2010, 2019), propomos que opções microparamétrica nos valores do traço pessoa, de um sistema bivalente, para um sistema monovalente, causam que as propriedades sintáticas e semânticas do clítico dativo *me* sejam unificadas como núcleo Aplicativo Alto, nos termos da tipologia proposta em Pylkkänen (2002, 2008).

Palavras-chave: clítico dativo; cisão pronominal; aplicativo; oblíquo.

Abstract: The study investigates the pronominal split in the expression of datives in Brazilian Portuguese (BP), which consists in the use of first and second person clitics, as opposed to the third person strong pronoun in the complement position of the dative preposition (*para ele(s)/ ela(s)*), with the loss of the third person dative clitics (*lhe(s)*). The analysis argues in favor of the survival of the first person clitic *me* in view of its wide syntactic distribution, in ditransitive predicates, dynamic and stative, in monotransitive predicates, inergative and inaccusative, including psychological verbs, and in predicates expressing the ethical datives. Assuming an approach of the pronominal split in terms of an interpretable person feature in the applicative heads (cf. TORRES MORAIS; SALLES, 2010, 2019), we propose that a microparametric change in the values of the person feature, from a bivalent system to a monovalent one, causes that the syntactic and semantic properties of the dative clitic *me* be unified as a High Applicative head, in Pykkänen's (2002, 2008) typology.

Keywords: dative clitic; pronominal split; applicative; oblique.

Recebido em 01 de março de 2022

Aceito em 13 de abril de 2022

1 Considerações iniciais

Este estudo tem como objetivo central apresentar uma proposta de análise para o fenômeno da cisão que se estabeleceu no sistema pronominal do português brasileiro (PB) entre a realização clítica do objeto indireto (OI) de 1ª e 2ª pessoas, de um lado, e do objeto indireto (OI) de 3ª pessoa, de outro, exemplificada nas estruturas ditransitivas em (1a-c):

- (1) a. O João deu o livro *para ela*.
- b. O João *me* deu o livro/ João deu o livro *para mim*.
- c. O João *te* deu o livro/ João deu o livro *para você*.

Como se depreende dos dados (1a-c), o clítico *lhe* de 3ª pessoa está ausente, sendo realizado exclusivamente por um pronome pleno introduzido por preposição (preferencialmente *para*). No caso da 1ª e 2ª pessoas, porém, os clíticos coocorrem com as formas pronominais preposicionadas.

Vale ressaltar que a perda dos clíticos acusativos e dativos de 3ª pessoa tem sido amplamente documentada na literatura corrente, manifestando-se nos dados já a partir das primeiras décadas do século XX. Em particular, na perspectiva gerativista da aquisição da linguagem, a inclusão dos clíticos acusativos de 3ª pessoa no PB padrão é entendida como um desenvolvimento posterior à aquisição da gramática nuclear, creditando-se à escola o papel de resgatá-los, sob a pressão de restrições normativas (KATO et al., 2009; NUNES, 2019, entre outros). No entanto, a mesma afirmação não pode ser estendida para contemplar os clíticos de 1ª e 2ª pessoas, *me* e *te*. Partimos da hipótese de que a sua permanência no sistema pronominal não é um fenômeno residual, ou uma manifestação da gramática periférica, uma vez que os mesmos se mostram produtivos e espontâneos na língua falada e escrita.

A apresentação do texto está elaborada da seguinte forma. Na seção 2 trazemos resultados empíricos de estudos prévios, os quais revelam a perda dos clíticos dativos de 3ª pessoa, *lhe(s)*, bem como a reanálise da forma de tratamento *você(s)*, em variação com o clítico *te*, como pronome complemento no PB, em oposição ao PE. Fazendo um recorte que contempla o clítico *me*, a seção 3 descreve a sua ocorrência em estruturas ditransitivas, inergativas e inacusativas.¹ Incluímos, igualmente, a discussão dos contextos que licenciam o dativo ético, realizado quase exclusivamente como clítico de 1ª pessoa no PB. Por sua vez, a seção 4 traz uma proposta de análise da cisão pronominal, com base na teoria dos núcleos aplicativos altos e baixos, nos termos de Pylkkänen (2002, 2008). Propomos a atuação de opções microparamétricas nos valores do traço interpretável de pessoa do Aplicativo, os quais passam de um sistema bivalente para um sistema monovalente. Essa reanálise leva a que as propriedades sintáticas e semânticas do dativo *me*, no PB, estejam unificadas em todos os contextos verbais, pela ativação do núcleo Aplicativo Alto. Na seção 5, fazemos as nossas considerações finais.

¹ Nesta tipologia não incluímos os predicados incoativos e causativos, uma vez que manifestam propriedades de natureza sintática e semântica particulares, a serem tratadas em estudo futuro.

2 O sistema pronominal no PB: reanálise e uso de formas inovadoras

2.1 A perda dos clíticos de 3ª pessoa no PB

Estudos quantitativos sincrônicos e diacrônicos revelam que os clíticos acusativos de 3ª pessoa, *o(s)*, *a(s)*, e os clíticos dativos, *lhe(s)*, não mais fazem parte da gramática nuclear do PB contemporâneo. Essa perda ativa a emergência de várias outras estratégias pronominais na gramática inovadora do PB (cf. BERLINCK, 1996; CYRINO, 2018, 2019; GALVES, 2001; 2018; 2019; FREIRE, 2000, 2005; GOMES, 1996; 2003; RAMOS, 1992; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006, 2007, 2018; TORRES MORAIS; SALLES, 2010, 2019, entre outros).

Um corolário desse fenômeno, amplamente citado, é a perda da distinção entre o caso acusativo e dativo no sistema de clíticos pronominais. Em particular, verifica-se que a cisão no sistema pronominal se refere não só ao uso de clíticos na 1ª e 2ª pessoas, em oposição ao uso do pronome tônico/ pleno, na 3ª pessoa, mas também em relação à expressão de caso morfológico, restrita aos pronomes de 1ª e 2ª pessoas, enquanto, na 3ª pessoa, o caso oblíquo é expresso por meio da preposição, conforme ilustrado anteriormente. Essa cisão é discutida em Torres Morais e Berlinck (2018), pela retomada de vários estudos que investigam a distribuição do OI pronominal, em estruturas ditransitivas. As autoras apresentam a Tabela 1, extraída do estudo de Berlinck (1997), com dados de fala de estudantes universitários de Curitiba, os quais expressam o embate entre o uso do OI clítico e o uso do OI oblíquo (mediante a preposição), no contexto de verbos ditransitivos de transferência e movimento. A tabela evidencia, por um lado, o uso quase categórico do OI oblíquo (e a conseqüente perda do clítico dativo de 3ª pessoa), e, por outro, o uso dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas (que varia com o OI oblíquo, num diferente estatuto percentual).

Tabela 1 - Expressão do OI pronominal na fala de universitários curitibanos

Tipos de OI/ Pessoa gramatical	OI clítico	OI oblíquo
1ª pessoa	84% (88/105)	16% (17/105)
2ª pessoa	77% (37/48)	23% (11/48)
3ª pessoa	2% (1/56)	98% (55/56)
Total	60% (126/209)	40% (83/209)

Fonte: adaptada de Berlinck (1997, apud. TORRES MORAIS; BERLINCK, 2018, p. 261).

Torres Morais e Berlinck (2018, p. 263) mencionam outros estudos com dados de falantes do PB de diferentes regiões, em que se evidenciam as mesmas tendências.² Também relevante para a presente discussão é o uso das preposições *a* e *para* introdutoras do OI oblíquo, conforme destacam as autoras:

Berlinck [1996] avaliou o uso de preposições no OI oblíquo na fala de jovens universitários curitibanos, observando o emprego quase categórico da preposição *para* (92%; 187 em 192 dados). Resultado semelhante é encontrado em Gomes (2003) em dados da fala de cariocas, de 1980 a 2000.

A discussão considera, em seguida, o percurso histórico da expressão pronominal do OI, em que se confirma o declínio gradativo do uso do clítico de 3ª pessoa, a culminar no cenário sincrônico acima descrito. Analisando cartas do século XIX e do século XX, estas últimas com textos produzidos em várias cidades do país (reunidas no acervo dos corpora do PHPB³), as autoras destacam a emergência, no século XX, de uma distinção importante:

² Referimos ainda os resultados de Pereira (2019) com dados coletados de corpus do português rural de Goiás e de Minas Gerais, que atestam a vitalidade do pronome *me*, bem como a do pronome *te*, ainda que com frequência menor do que a forma oblíqua *para você(s)*.

³ PHPB, referente a Projeto para a História do Português Brasileiro.

[a] 1ª e a 2ª pessoa tu são expressas por OI clítico (...); por outro lado, a 3ª pessoa apresenta o predomínio do OI oblíquo e a 2ª pessoa você aparece nas cartas pessoais e nas cartas/ anúncios das revistas como outro contexto comparativamente mais propício à forma preposicionada do OI (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2018, p. 269).

Os dados em (2) e (3), a seguir, extraídos de cartas pessoais do século XX, ilustram a ocorrência do OI de 3ª pessoa na estrutura preposicionada, com os pronomes *você* e *ele*, destacando ainda o papel do tipo sintático-semântico do verbo – “(...) as construções com verbos de transferência material (como *dar*, *enviar*) emergem como o contexto que menos retém o clítico” (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2018, p. 270).

(2)[20, 1 CP BA] Achei Ivo um “amoreco” mando *para ele* um beijo.

(3)[20, 1 CP RN] L., peço desculpa por eu ter demorado tanto a *lhe* escrever e depois de tudo dar essa resposta tão ruim *para você*.
(TORRES MORAIS; BERLINCK, 2018, p. 270)⁴

As autoras observam ainda que o clítico *lhe*, como exemplificado em (3), “não desapareceu completamente, mas foi realocado” (p. 299). Elas verificaram que, nos dados dos anos 60, “apenas 31% apresentam referência de 3ª pessoa”, enquanto “nos anos 1990 (...) os poucos casos de *lhe* de 3ª e 2ª pessoas parecem estar associados a uma interpretação de maior formalidade” (p. 300). Além da especialização como OI de 2ª pessoa mais formal, o pronome *lhe* também ocorre como OD de 2ª pessoa, em substituição aos clíticos acusativos *o(s)* e *a(s)* (14). As autoras concluem que “[e]ssa extensão de uso pode ser vista como uma parte do processo geral de perda de distinções morfológicas, em progresso, pelo menos, desde o século XX” (p. 300).

2.2 A alternância entre o clítico *te* e a forma forte *você*

Em contraponto ao cenário de cisão entre 1ª e 2ª pessoas, em oposição à 3ª pessoa, encontra-se a alternância entre o clítico *te* de 2ª pessoa e o uso do pronome forte *você* na estrutura oblíqua (introduzido pela preposição *para*). Os estudos sobre o chamado ‘voceamento’ no PB têm sido reveladores em relação a essa alternância e à formação do sistema pronominal, conforme demonstram os resultados de Lopes e Cavalcante (2011), e obras ali citadas. As autoras observam que “a

⁴ Com a numeração original alterada.

entrada de *você* não ocorreu na mesma velocidade em todo o quadro de pronomes (pessoais retos, oblíquos átonos e tônicos, possessivos)” (p. 11). E acrescentam: “[o] clítico dativo de 3ª pessoa *lhe* também perdeu espaço para sintagmas preposicionados introduzidos pelas preposições *a* ou *para* (esta mais produtiva do que aquela no português brasileiro falado, como demonstram vários estudos)” (p. 12). Referindo-se ao dialeto carioca e citando o estudo de Gomes (2003), mencionado anteriormente, as autoras destacam ainda o caráter variável do sistema na 2ª pessoa, decorrente da entrada do pronome *você*, no seguinte paradigma: “nominativo (*você/ tu*); acusativo (*te/lhe/você*); dativo (*te, lhe/a~para você*)” (p. 12).

De fato, o estudo de Lopes e Cavalcante (2011) aprofunda a questão do uso variável de *tu* e *você*, buscando estabelecer uma cronologia do ‘voceamento’. Na discussão, as autoras consideram as formas variáveis em contexto de complementação, que nos interessam em particular, observando que “as formas relacionadas ao pronome *tu* foram as mais produtivas na documentação relativa aos fins do século XIX” (p. 44), conforme ilustrado em (4).

- (4) “Estimando que tudo Ø *encontres* a teu gosto, peço-*te* que desculpes a demora.” (Carta de Alberto – família Cupertino)
(LOPES; CAVALCANTE, 2011, p. 44).⁵

Partindo de estudos prévios (RUMEU, 2008; LOPES, 2009 *et. al* 2009.), as autoras investigam cartas pessoais produzidas de 1870 a 1937, tendo em vista a hipótese de que a entrada do pronome *você* está vinculada a esse período. Em relação ao uso das formas *tu* e *você* na posição de sujeito, elas verificam que, nesse período, em termos globais, “o pronome de segunda pessoa *tu* é mais produtivo (60%) em relação a *você* (40%)” (p. 46), considerando-se a sua realização como pronome pleno ou na desinência verbal (embora a forma relacionada a *tu* predomine como sujeito nulo).⁶ No entanto, partir dos anos 1920, os dados evidenciam a

⁵ Com a numeração original alterada.

⁶ Temos aqui um ponto importante a ser considerado na avaliação das inovações diacrônicas envolvendo as formas *tu* e *você*, qual seja: o alto percentual da forma *tu* no PB desse período histórico (1870-1937), na função de sujeito, não se refere realmente à sua realização lexical, mas à sua expressão na flexão verbal, como morfema de 2ª pessoa do singular: *compraste, escreveste, soubeste, etc.* Essa particularidade evidencia claramente o estatuto de língua de sujeito nulo do PB do século XIX e primeiras décadas do século XX, no sentido em que a flexão verbal continha os morfemas pronominais referentes às pessoas discursivas.

superação do uso de *tu* pelo pronome *você* na posição de sujeito, com 79% de ocorrências. As autoras destacam que fatores sociopragmáticos contribuíram para a entrada de *você*, como atenuadores de pedidos e ordens, e o uso em expressões fixas. Elas destacam também o aumento no uso do pronome pleno *tu*, alinhando-se ao uso de *você*, que já ocorria preferencialmente na forma plena.

Na posição de complemento, as autoras distinguem as formas pronominais em verbos monotransitivos e verbos ditransitivos, com papel semântico de alvo, fonte ou beneficiário e traço [+animado] de um lado, e pronominais preposicionados de outro. Dessa forma, manifesta-se a variação *te~a/para você/ti~zero~lhe*, enquanto o complemento oblíquo exclui o clítico. Em relação aos resultados globais, os índices de *te* ficam próximos dos 50%, seguindo-se o dativo nulo (20%) e o *lhe* (14%), enquanto os sintagmas preposicionados apresentam índices baixos: *para você* (4,3%), *a você* (3,4%) e *para ti* (2,4%). Os dados a seguir ilustram ocorrências desses complementos citados pelas autoras.

- (5) a. Agradeço-*te* desde já a fineza (...)
 b. O dicionário serviu bem e mamãe mandou pelo Tio agradecer *a você* (...)
 c. Já tive notícia de ter João recebido os 100\$, o que de novo *lhe* agradeço (...)
 d. Agradeço Ø muito o cuidado que *você* tem dito de mim.
 e. Um afetuoso abraço para *os teus* (...) e *para voce* minha santa que mandarei
 f. (...) este amor que só *a ti* dedico (...)
 (LOPES; CAVALCANTE, 2011, p. 51)⁷

Considerando a correlação entre as formas de tratamento na posição de sujeito e o uso das formas pronominais de complemento dativo (e também acusativo), as autoras concluem que existem três subsistemas: nas cartas com supremacia de *tu* como sujeito, o clítico *te* é mais frequente; nas cartas com a mistura dos pronomes *tu* e *você*, ocorre o predomínio da forma nula, que pode ser relacionada a ambas as formas; nas cartas em que prevalece *você*, a forma clítica *te* é a preferida.

⁷ Com a numeração original alterada.

O aumento de *você* vincula-se ao declínio de *lhe*, que se manifesta conforme descrito a seguir.

Nas últimas décadas do século XIX (1870-1899), nota-se certo equilíbrio entre os clíticos *te* e *lhe* com índices percentuais próximos de 50%. A partir da primeira década do século XX, há uma acentuada diminuição de que se mantém com índices bem baixos nas décadas subsequentes. (LOPES; CAVALCANTE, 2011, p. 58)

Conclui-se que a relação entre a entrada do pronome *você* na posição de sujeito e o uso de *te* em contexto de complementação é o padrão que caracteriza o sistema pronominal do PB. Consequentemente, como as autoras observam, a relação entre *você* (sujeito) e *te* (complemento) não constitui um sistema misto, uma vez que a gramaticalização de *você* como pronome pessoal de 2ª pessoa permite a identificação com o pronome de 2ª pessoa *te*, o que indica uma identificação em termos dos traços semânticos.

Gostaríamos finalmente de salientar que os resultados obtidos em cartas pessoais têm relevância para o presente estudo, em dois pontos: (i) o uso do clítico *te*, na 2ª pessoa, confirma a cisão referida anteriormente, ou seja, o alinhamento com o clítico *me* de 1ª pessoa, em oposição à perda das formas clíticas na 3ª pessoa; (ii) o uso variável das formas *te* e *você*, este último introduzido pelas preposições *a* e *para* nos contextos dativos, corroboram a força do paradigma *me-mim-comigo* da 1ª pessoa, uma vez que o mesmo não se alterou ao longo da história do PB. Por fim, fica registrado que a forma *te* ainda se encontra em um cenário de variação, desta vez com o clítico *lhe*, reanalisado como pronome para se referir à 2ª pessoa pessoa do singular.

2.3 O sistema pronominal do PB em perspectiva comparada com o PE: o caso da gramaticalização da forma tratamental *você*

Neste ponto, seria interessante uma breve digressão comparativa com o sistema pronominal do português europeu padrão (PE) Conforme mencionado anteriormente, o pronome *você* passa a ocupar o campo do pronome *tu*, no PB, a partir de um uso gramaticalizado, em que deixa de integrar o sistema de honoríficos, marcado pelo traço de distanciamento, e pela vinculação à 3ª pessoa gramatical. Na perspectiva comparativa com o PE constatamos primeiramente que as formas *você(s)* estão incluídas em seu sistema pronominal. É o que se depreende do Quadro 1, a seguir,

adaptado de Gonçalves e Raposo (2013), no qual se expõe uma síntese do sistema pronominal do PE, nas suas formas átonas e tônicas, nas funções de sujeito e complementos acusativo, dativo e oblíquos preposicionados.

Quadro 1 - Pronomes pessoais no português europeu (PE)

	Formas tônicas		Formas átonas	
	Sujeito	Complemento Preposicionado (oblíquo)	Complemento Direto (acusativo)	Complemento Indireto (dativo)
1sg	eu	mim, comigo	me	me
1pl	nós	nós, conosco	nos, se	nos, se
	a gente	nós, conosco		
2sg.	tu	ti, contigo	te	te
	você	você, si, consigo	o, a, se	lhe
3sg	ele, ela	ele, ela, si, consigo	o, a, se	lhe
3pl.	eles, elas	eles, elas	eles, elas	lhes

O Quadro 1 deixa claro que, embora a forma *você* esteja presente no sistema pronominal em uso no PE padrão, a sua ocorrência está restrita à função de sujeito (caso nominativo) e à função oblíqua de complemento de preposição. Este é um ponto fundamental na distinção do sistema pronominal do PE e do PB, ou seja, a de que os complementos acusativos e dativos na variedade lusitana se realizam exclusivamente pelas formas clíticas, acusativas e dativas.

Considerando o Quadro 2, observa-se o cenário dos rearranjos pronominais no PB padrão, não só em função da perda dos clíticos pronominais de 3ª pessoa (citada anteriormente e amplamente referida na literatura), mas também sob o ponto de vista da gramaticalização da forma *você*, e as formas pronominais a ela relacionadas. As perdas estão indicadas pelas lacunas.

Quadro 2 - Pronomes pessoais no português brasileiro (PB)

	Sujeito	Formas tônicas		Formas átonas	
		Objeto Direto	Complemento Obliquo Preposicionado	Objeto Direto Acusativo	Objeto Indireto Dativo
1sg.	eu		mim, comigo	me	me
1pl.	nós		nós, conosco	nos	nos
	a gente	a gente	a gente		
2sg.	tu		ti, contigo	te	te
	você	você	você	se	--
2pl.	--	--	--	--	--
	vocês	vocês	vocês	se	--
3sg.	ele, ela	ele, ela	ele, ela	se	--
3pl.	eles, elas	eles, elas	eles, elas	se	--

O fato relevante sobre o sistema pronominal do PB contemporâneo, destacado no Quadro 2, é que revela a resistência dos clíticos acusativos e dativos de 1ª e 2ª pessoas, *me* e *te*, ainda altamente frequentes, expressando a permanência de uma propriedade dos clíticos românicos, ainda que formas inovadoras estejam vinculadas. De fato, como dissemos, enquanto a 1ª pessoa conserva consistência no morfema pessoal, quer como clítico, quer como pronomeônico (*me*; *mim*; *comigo*), a 2ª pessoa apresenta uma variação que se estabeleceu em duas modalidades: (i) variação entre o clítico *te* e a forma tônica *você*, introduzido pelas preposições *a* e *para* nos contextos dativos; (ii) variação entre os clíticos *te* e *lhe*, este último reanalisado gramaticalmente como pronomeônico de 2ª pessoa do singular. Por sua vez, a cisão entre 1ª e 2ª pessoas, por um lado, e a 3ª pessoa, por outro, se efetiva de forma radical com o desaparecimento dos clíticos acusativos *o(s)*, *a(s)* e o clítico dativo *lhe(s)*.⁸

Com isso, a 3ª pessoa no PB se expressa unicamente através de formas pronominais tônicas, *ele(s)*; *ela(s)*, o que constitui um traço fortemente inovador da gramática brasileira, em contraste com o PE,

⁸ O Quadro 2 não inclui o uso da forma forte *eu* e *tu* como complemento direto ou como complemento de preposição. Consideramos que essas ocorrências têm distribuição marcada dialetalmente.

no qual os complementos verbais, OD e OI, são unicamente realizados como clíticos (Quadro1).⁹

Importante notar ainda que a forma *nos* ocorre relacionada à forma forte de sujeito *nós* e à forma gramaticalizada *a gente*, o que indica uma situação de variação.

Por fim, vale ressaltar que o PB não é inovador unicamente em relação ao PE na cisão que expressa na sua gramática clítica, como ainda se identifica como uma “anomalia” quando considerado o universo das demais línguas românicas, nos termos de Roberts (2019).¹⁰

3 O clítico *me* dativo e a sua contraparte forte *mim* em diferentes contextos verbais

3.1 Os dativos *me/mim* com verbos ditransitivos de transferência e de movimento e verbos de criação

As construções ditransitivas canônicas se identificam sintaticamente pela realização de dois complementos verbais, denominados tradicionalmente como objeto direto (OD) e objeto indireto (OI). Em termos semânticos configuram um grupo coeso na expressão da transferência, seja ela, material, ou verbal e metafórica. Nesses contextos, o OD é a entidade transferida/movida e o OI clítico é tematicamente interpretado como recipiente/meta. Observe-se que, com alguns verbos, a sua realização como pronominal tônico *mim* requer categoricamente a preposição *para* (cf. 6a-c).¹¹

⁹ Nunes (2019, 2020) propõe um processo maciço de subespecificação morfológica no sistema pronominal do PB, quando então são eliminadas as especificações redundantes. Para uma exposição comparativa mais completa dos quadros pronominais do PE e PB, cf. Menuzzi e Lobo (2016).

¹⁰ Roberts (2019) afirma que certas línguas parecem ser morfossintaticamente “anômalas” por apresentarem gramáticas “marginais” e mudanças sintáticas “extremas”. Evidências para a anomalia provêm de propriedades do inglês medieval e do PB, apresentadas pelo autor, as quais incluem os rearranjos no nosso sistema pronominal, tanto nas formas nominativas, quanto acustivas e dativas.

¹¹ Essa restrição está condicionada ainda pela posição pós-verbal do OI. Veja que a estrutura de tópico contrastivo, a preposição *a* concorre com *para*:

A mim o João dedicou um belo poema. / Para mim o João dedicou um belo poema.

Observe-se ainda que certos verbos, entre eles, *extrair*, *furtar*, *roubar*, *tirar*, expressam semanticamente um direcionamento inverso, no qual o OI clítico é interpretado como a origem/fonte do movimento. Neste caso, o argumento oblíquo é introduzido pela preposição *de* (6d).

De fato, como ilustrado em (6d), infere-se que o relógio está na posse do referente no momento do roubo. Por sua vez, a contraparte preposicionada instancia a preposição *de* na expressão da origem do movimento.¹²

- (6) a. O João *me* deu/ofereceu o livro. / O João deu/ofereceu o livro *para mim*.
 b. O João *me* enviou/mandou um e-mail. /O João enviou/mandou um e-mail *para mim*.
 c. O João *me* dedicou um belo poema./O João dedicou um belo poema *para mim*.
 d. O ladrão *me* roubou/furtou o relógio./O ladrão roubou/furtou o relógio *de mim*.

Da mesma forma, com os verbos dinâmicos de criação, os quais não envolvem direcionalidade, entre eles, *preparar*, *fazer*, *bater (um bolo)*, *pintar*, *desenhar*, *escrever*, o OI *me* é interpretado como beneficiário, uma vez que a posse do objeto é igualmente inferida. Observe-se, novamente, que a variante oblíqua *mim* é introduzida categoricamente pela preposição *para* (7a -c).

- (7) a. O João *me* fez um delicioso bolo de chocolate .
 b. O João fez um delicioso bolo de chocolate *para mim*.
 c. * O João fez um delicioso bolo de chocolate *a mim*.

¹² Com base em Berlinck (1996), consideramos a seguinte tipologia dos verbos ditransitivos de transferência e movimento:

- (i) verbos que expressam transferência material, entre eles, *dar*, *entregar*, *levar*, *mandar*, *oferecer*;
 (ii) verbos que expressam transferência perceptual, verbal, entre eles, *confessar*, *falar*, *dizer*, *perguntar*, *prometer*, *responder*;
 (iii) verbos que expressam movimento físico, entre eles, *levar*, *trazer*;
 (iv) verbos que expressam movimento abstrato, *entre eles*, *dedicar*, *incorporar*.

3.2 O clítico *me* e a posse externa dativa

No contexto de verbos transitivos de atividade não direcional, entre eles, *cortar, examinar, lavar, operar* (8a-b), e verbos transitivos estativos, entre eles, *admirar, elogiar, interpretar, invejar*, incluindo os perceptivos *ver, ouvir*, entre outros (9a-b), configura-se uma estrutura de posse externa dativa, assim denominada na literatura por uma propriedade peculiar: o possuidor dativo se comporta sintaticamente como um argumento do verbo, mas é interpretado como possuidor do OD. No PB, a relação possessiva que se estabelece entre os dois argumentos, possuidor e possuído, pode ser de posse alienável ou inalienável, esta última em suas diferentes acepções de natureza inerente e cultural. A contraparte da posse dativa é a posse interna genitiva, envolvendo um pronome possessivo no interior do DP.

- (8) a. O vizinho *me* lavou/limpou o carro./ O vizinho lavou/limpou o *meu* carro.
 b. O médico *me* operou/examinou a garganta./ O médico operou/examinou a *minha* garganta.
- (9) a. O médico *me* admirou/elogiou a paciência com os enfermos./ O médico admirou/elogiou a *minha* paciência com os enfermos.
 b. O José *me* viu a tatuagem no braço. / O José viu a *minha* tatuagem no braço.

Vale ressaltar que, na expressão da posse inerente, obtém-se uma ambiguidade estrutural, na qual o clítico *me* é interpretado como beneficiário do evento expresso pelo verbo. Nesse caso, há uma contraparte oblíqua do pronome, categoricamente introduzido pela preposição *para* (10).

- (10) O João lavou/limpou o carro para mim.

Destaque-se ainda que, no contexto da posse envolvendo partes do corpo e verbos dinâmicos agentivos, é possível o apagamento do termo inalienável, quando o possuidor é realizado pelo clítico de 1ª pessoa, conforme ilustrado em (11a-b).

- (11) a. O médico *me* operou. (o joelho).
 b. O médico *me* examinou. (o joelho).

Acrescente-se que essa estrutura está restrita ao uso do clítico de 1ª pessoa, uma vez que a realização do objeto direto (OD) por pronome forte como *você* e *ele(s)/ ela(s)* exclui a realização do argumento possuído. Inversamente, a presença do argumento possuído requer o uso do sintagma nominal possessivo (12a-b).¹³

- (12) a. O João lavou/limpou o carro *para mim*.
 b. O médico operou *ele*. / (*o joelho)/ o joelho *dele*.

Outras expressões de posse inerente são muito produtivas no uso coloquial, expressando a interpretação de possuidor “afetado” do argumento clítico de 1ª pessoa (13a) e (13b), com a respectiva realização oblíqua, com a preposição *em* (13c).

- (13) a. *Me* dói o joelho. (dói em mim/ dói o meu joelho)
 b. *Me* ardeu o machucado. (ardeu em mim/ ardeu o meu machucado)
 c. Música: Dói *em mim* saber que a solidão existe e insiste no teu coração... (Angela Ro Ro) (= me dói saber...)

3.3 O dativo *me* introduzido nos predicados inacusativos

A vasta e intrigante literatura sobre os verbos inacusativos nas diferentes línguas, revela que eles não constituem uma classe homogênea, apresentando dificuldades para a sua identificação, meramente com base em testes de natureza sintática e semântica. Não pretendemos considerar as particularidades translinguísticas que os predicados inacusativos apresentam, levando em conta apenas três propriedades identificadoras de sua estrutura argumental (cf. MARANTZ, 2013), a saber: (i) ausência do argumento agente; (ii) ausência de argumento interno acusativo; (iii) propriedades sintáticas e semânticas do argumento interno.

Começamos com os predicados inacusativos construídos com verbos psicológicos do tipo de *agradar* (14a), com verbos existenciais como *faltar* (14b), e com verbos inacusativos de movimento, como *cair*,

¹³ É interessante notar que as construções com a chamada posse externa têm uma contraparte que pode ser considerada um tipo de construção de tópico-sujeito (i) e (ii), em que o argumento na posição de sujeito não é o agente do evento expresso pelo verbo. (cf. CANÇADO; NEGRÃO, 2010; CIRÍACO, 2014).

- (i) Eu me operei (*o joelho) com o Dr. Fulano/ Eu operei o joelho com o Dr. Fulano
 (ii) Eu cortei o cabelo com o Joãozinho.

chegar, crescer, vir, sair, suceder (14c-e). Nessas estruturas, o clítico de 1ª pessoa é interpretado como experienciador (verbos psicológicos), ou como possuidor/locativo (verbos existenciais e de movimento, respectivamente).¹⁴

- (14) a. Os vinhos californianos *me* agradam muito
 b. *Me* falta uma boa babá.
 c. *Me* chegaram/vieram duas mensagens pelo celular.
 d. *Me* cresceu a vontade de beber vinho.
 e. *Me* saíram duas espinhas no rosto.
 f. *Me* sucedeu um fato interessante.

Importante ressaltar que o PB se alinha ao PE e ao espanhol na medida em que o verbo *dar* combina com nomes nus na formação de expressões de verbo leve como *dar apoio, dar raiva, dar medo, dar coragem, dar permissão* e tantas outras. Com base em Cuervo (2003), assumimos que tais expressões envolvem três argumentos: nominativo, dativo (realizado pelo clítico *me*) e nome nu como objeto direto do verbo (15a) ou como sujeito predicativo na formação de predicados psicológicos (15b-c).¹⁵

- (15) a. Meus pais sempre *me* deram apoio.
 b. *Me* deu calor esse casaco de lã.
 c. As baratas *me* dão medo / nojo.

Outros verbos do tipo de *ser, parecer, permanecer, interessar, importar*, formam predicados estativos associados a adjetivos/advérbios. Em todos eles, o clítico *me* é interpretado como experienciador (16 a-c).

- (16) a. A tese do aluno *me* parece muito bem escrita.
 b. *Me* importa muito essa notícia.
 c. Esse documento *me* interessa bastante.

¹⁴ Essa distinção se baseia em Cuervo (2003), que a desenvolve como parte da sua abordagem sobre o dativos do espanhol contemporâneo.

¹⁵ Como assinalado por um dos pareceristas, a restrição ao nome *nu* não poderia ser categórica, uma vez que os nomes podem ser modificados/determinados, como nos exemplos: *me deram muito apoio; me deram o maior apoio*. No entanto, apesar dessa possibilidade, continuam a se diferenciar dos DPs referenciais, definidos, uma vez que não se pode ter: *Meus pais me deram o apoio; As baratas me dão o medo, o nojo*.

Por sua vez, nos predicados monotransitivos (falsos ditransitivos), em que o verbo é um denominal (derivado de um nome que expressa o evento), o objeto direto (OD), realizado pelo clítico *me* é interpretado como experienciador. Tal interpretação não depende da raiz verbal, mas do evento expresso pelo verbo. Por hipótese, a raiz verbal seleciona um objeto cognato da categoria nominal (HALE; KEYSER 1993; MANZINI; FRANCO, 2016; PINEDA, 2013, 2020; TORREGO 2010). Observe-se a ausência de uma contraparte preposicionada com a forma oblíqua *mim* introduzida por *para* ou *a*, e a sua realização pela preposição *em* (17a-b). No caso de verbos como, *ajudar*, diferentemente, a preposição *a* é categórica (17c).

- (17) a. O João *me* abraçou / *me* deu um abraço. (*para/*a/ em mim)
 b. O João *me* beijou / *me* deu um beijo. (*para/ *a/ em mim)
 c. O João *me* ajudou / *me* deu uma ajuda. (a / *para mim)

3.4 O argumento *me* dativo com verbos monoargumentais

Verbos que expressam eventos dinâmicos, entre eles *telefonar*, *servir*, *agradecer*, *obedecer*, *pagar*, *perdoar*, podem tomar um OI interpretado como recipiente de algo físico ou metafórico. Esse OI pode ser realizado pelo clítico dativo de 1ª pessoa *me* (18a-c).

- (18) a. O João *me* telefonou .
 b. Meu amigo *me* agradeceu pelo convite.
 c. Este funcionário *me* serviu durante anos.

Esse grupo de verbos é definido pela gramática tradicional como verbos que apresentam uma variação intransitiva e transitiva, na qual se identifica a realização de um OD. Nesse caso, não se altera o estatuto semântico do OI, ou seja, a sua interpretação como recipiente afetado (19a-c).

- (19) a. Meu amigo *me* agradeceu o convite.
 b. Este funcionário *me* serviu o almoço durante anos.
 c. Os clientes *me* pagaram as dívidas.

3.5 O argumento *me* dativo com verbos inergativos

Como sabemos, verbos inergativos como *cantar*, *dançar*, *correr*, entre outros, expressam uma atividade que envolve produzir som ou movimento. A presença de um OD é que os torna verbos de atividade e,

portanto, capazes de tomar um argumento dativo (20 a-d). Nesse caso, o clítico *me* pode ser licenciado e interpretado como beneficiário. A contraparte oblíqua exige a preposição *para* (21a-b).

- (20) a. A menina *me* dançou um samba.
 b. * A menina *me* dançou.
 c. A menina *me* cantou uma bela canção.
 d. * A menina *me* cantou.
- (21) a. A menina dançou (um belo samba) *para mim*.
 b. A menina cantou (uma bela canção) *para mim*.

3.6 O dativo ético

Por fim, consideremos as estruturas com o chamado dativo ‘ético’, identificado a partir das seguintes propriedades de natureza morfosintática e semântico/pragmática: (i) sua ocorrência se dá em estruturas transitivas e inacusativas que expressam eventos dinâmicos; (ii) está praticamente restrito ao clítico de 1ª pessoa *me* (cf. MENON, 2006) (iii) não apresenta alternância entre a realização clítica e DP lexical ou pronominal forte (a/para mim); (iv) não é um argumento do verbo, mas um elemento interpretado pragmaticamente como avaliador afetado do evento expresso pelo verbo; (v) tem a sua ocorrência condicionada por sentenças com forte força ilocucionária, tais como imperativas, exclamativas, e mesmo afirmativas. Vejamos a exemplificação em (22a-d).

- (22) a. Não *me* queime o arroz!
 b. O menino *me* atravessou a rua sem olhar para os lados.
 c. Como que a minha filha *me* engravida neste ano de pandemia?
 d. As crianças *me* comeram todos os brigadeiros antes da festa.

Ao final desta seção, buscamos evidenciar pelos dados apresentados a alta produtividade do clítico *me* nos variados contextos verbais, instanciando predicados ditransitivos de movimento/transferência e criação, nos quais o clítico é interpretado como recipiente/meta benefactivo, em predicados inacusativos, nos quais é interpretado como experienciador, possuidor, locativo, em contextos de posse externa dativa, como possuidor, com verbos monoargumentais, e como dativo ético. Por sua vez, o uso das preposições *a* e *para* na contraparte oblíqua

revela ainda um aporte semântico que se alinha aos traços da forma clítica e da forma oblíqua como argumentos afetados, envolvidos nos eventos expressos pelos verbos. Esta propriedade representa um aspecto importante para motivar a abordagem formal a ser proposta.

4 Uma proposta de análise para a resistência do clítico *me* no PB

4.1 O núcleo aplicativo baixo e os clíticos dativos de 3ª pessoa

Nesta seção, propomos uma análise para a cisão que atinge os clíticos dativos no PB, numa perspectiva sintática da estrutura de argumentos (cf. MARANTZ, 2013), a qual envolve a atuação de núcleos aplicativos como introdutores de argumentos. Pyllkkänen (2002, 2008) argumenta que as construções ditransitivas de objeto duplo (DOC) das línguas banto e do inglês expressam, respectivamente, dois tipos semanticamente distintos de núcleos aplicativos. O aplicativo alto (AppIP) é projetado acima do VP/*v*P e denota uma relação temática entre o argumento aplicado (objeto indireto) e o evento expresso pelo verbo (VP/*v*P) (23a). Por sua vez, o aplicativo baixo (AppIP) é projetado como complemento do VP/*v*P e denota uma relação possessiva entre duas entidades, o objeto indireto (objeto aplicado) e o objeto direto (23b):

(23) a. Aplicativo Alto

$$[_{\text{AppIP}} \text{OI} [_{\text{AppI}'} \text{AppI}_{\emptyset} [_{\text{VP}} \text{V OD tema}]]]$$

b. Aplicativo Baixo

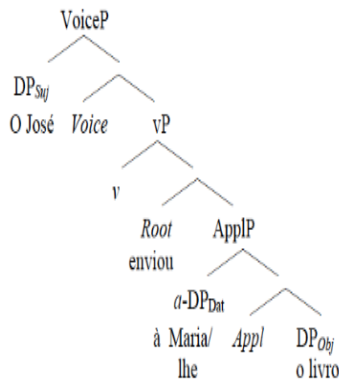
$$[_{\text{VP}} \text{V} [_{\text{AppIP}} \text{OI} [_{\text{AppI}'} \text{AppI}_{\emptyset} [_{\text{DP}} \text{OD tema}]]]]]$$

A proposta do aplicativo baixo para a DOC do inglês foi posteriormente adotada e refinada em Cuervo (2003, 2010, 2020) para as ditransitivas do espanhol; Fournier (2010) para o francês; Pineda (2013, 2020) para o espanhol e o catalão, para mencionar apenas alguns estudos mais recentes referentes às línguas românicas. Na mesma perspectiva, Torres Morais e Salles (2010, 2016, 2019); Salles e Torres Morais (2020); Torres Morais e Berlinck (2018) tratam as construções ditransitivas do português europeu (PE) e do PB histórico em termos do aplicativo baixo (Fig. 1), com verbos dinâmicos de transferência/ movimento e verbos de criação, nas quais o objeto indireto (OI) de 3ª pessoa é interpretado como recipiente, fonte, beneficiário (24a-c). Inclui-se, na mesma proposta, a

construção de posse externa dativa, na qual o OI dativo é interpretado como possuidor (24d).

- (24) a. O José enviou um livro *à Maria/* enviou-*lhe* um livro.
 b. O ladrão roubou o relógio *ao Pedro/*roubou-*lhe* o relógio
 c. A Maria preparou uma festa *aos amigos/*preparou-*lhes* uma festa.
 d. O José lavou o carro *à vizinha/*lavou-*lhe* o carro.

Figura 1 - Aplicativa Baixo (Português)



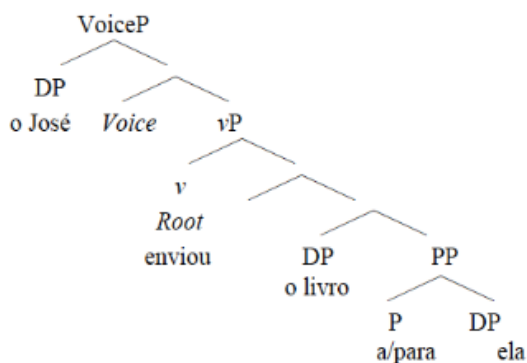
Observe-se que, na estrutura argumental da construção applicativa representada na Figura 1, a frase applicativa (**ApplP**) se relaciona ao verbo como um constituinte e expressa configuracionalmente uma relação direta entre o OD e o OI aplicado. O núcleo aplicativo toma o OD como complemento e introduz o OI no **SpecApplP**, assinalando a ele um papel temático associado ao caso dativo inerente. Seguindo Roberts (2007), Torres Morais e Salles (2010), e trabalhos subsequentes, assumem que o caso dativo inerente no argumento aplicado é expresso morfologicamente no clítico de 3ª pessoa ou na preposição *a*. Por sua vez, o núcleo funcional **Voice**, gerado acima da projeção eventiva (**vP**), introduz o argumento externo, interpretado como agente. As autoras propõem ainda um traço interpretável de pessoa no núcleo aplicativo, em termos da distinção minimalista do traço [+/- interpretável] e da operação *Agree* (cf. CHOMSKY, 1995, 1999, 2001).

Um aspecto relevante dessa análise é a de que o traço interpretável de pessoa no núcleo aplicativo, associado ao caso dativo inerente, desativa o núcleo aplicativo baixo para a operação *Agree*. Ao contrário do núcleo aplicativo, porém, os traços- ϕ não interpretáveis em *v* ativam a operação *Agree* com os traços- ϕ interpretáveis do DP- argumento interno. A operação elimina os traços- ϕ não interpretáveis de *v* e valora o traço de caso do DP como acusativo. Obviamente, as posições primitivas do *Merge* não se manifestam na ordenação final dos constituintes, ou seja, a ordem não marcada OD-OI. As autoras argumentam que essa ordem resulta de um movimento do OD para uma posição mais alta, requerida pela operação de checagem do caso estrutural acusativo.

Entretanto, consideremos a hipótese de que o licenciamento do OI dativo por um núcleo aplicativo não parece ser plausível para o PB. Como vimos na seção 2, a documentação hoje disponível revela a perda dos clíticos dativos de 3^a pessoa e a sua substituição pelas formas pronominais fortes *ele(s)*; *ela(s)*, configurando uma estrutura ditransitiva preposicionada (Fig.2). Lembramos que essa possibilidade está descartada no PE, conforme demonstrado pelo contraste ilustrado em (25a-b).¹⁶

- (25) a. O José enviou-*lhe* o livro. (PE; *PB)
 b. O José enviou o livro *a/para* *ela*. (*PE; PB)

Figura 2 - Ditransitiva Preposicionada



¹⁶ Para uma abordagem das ditransitivas preposicionadas no PB (cf. CALINDRO, 2015).

Uma comparação entre a estrutura aplicativa (Fig. 1) e a ditransitiva preposicionada (Fig. 2) pode ser feita nos seguintes termos: enquanto o núcleo aplicativo está comprometido com uma marca de caso dativo expressa morfologicamente no objeto aplicado, a ditransitiva preposicionada do PB instancia o uso inovador dos pronomes tônicos/fortes introduzidos pelas preposições *a* e *para*.

Observe-se, porém, que a condição de animacidade do referente de 3ª pessoa se mantém nas formas oblíquas. Vale ressaltar que a noção de animacidade aqui considerada tem efeitos de natureza morfossintática e não se restringe a uma correlação conceptual com o mundo real. Portanto, estende-se a um uso metafórico e à relação parte-todo. Para exemplificar, tomemos a expressão locativa ‘Banco do Brasil’ na sentença “Enviei uma carta ao Banco do Brasil” e constatemos que a expressão locativa não poderá ser pronominalizada pelo clítico *lhe* ou pelo pronome tônico *ele*, a não ser que seja metaforicamente interpretada como “os funcionários do Banco do Brasil.” Neste caso, os pronomes ocorrerão no plural, resultando em sentenças gramaticais como “Enviei-lhes uma carta/ Enviei uma carta a/para eles.”

4.2 A perda dos clíticos dativos de 3ª pessoa no PB

Em Torres Morais e Salles (2010) e trabalhos subsequentes, assumimos a hipótese de que a perda do clítico *lhe(s)* em estruturas ditransitivas no sistema pronominal do PB evidencia a desativação do núcleo aplicativo baixo, ou seja, evidencia a perda de um traço interpretável de pessoa no núcleo aplicativo. Essa análise, portanto, supõe uma dependência da DOC românica em relação à codificação morfológica do argumento aplicado, que não se verifica nem na DOC do inglês, nem na DOC dialetal do PB, ambas com diferentes propriedades codificadoras.

A hipótese da desativação do aplicativo baixo no PB, tomando como base a perda dos clíticos dativos de 3ª pessoa, está, porém, comprometida com o fato de que os clíticos de 1ª e 2ª pessoas não se perderam, muito pelo contrário, como vimos na seção 3 deste estudo, onde documentamos a alta frequência do clítico *me* em diferentes contextos verbais. Além disso, como também registramos, o clítico *te* resiste em variação com a forma gramaticalizada *você*.

Galves (2018), na discussão da análise de Torres Morais e Salles (2010), faz comentários sobre a mesma questão. A autora argumenta

que a cisão não envolve a perda do núcleo aplicativo, mas decorre do fato de que “os pronomes clíticos que se mantiveram no paradigma têm morfologia dativa, mas o caso dativo, correspondendo efetivamente à função dativa, não existe mais na língua” (p. 93). Diante disso, propõe que a perda da distinção acusativo/ dativo na 3ª pessoa no PB resulta na reanálise do dativo, passando esses clíticos a serem licenciados localmente pelo verbo (V), exatamente como os pronomes fortes (*você*) e os DP plenos. Nosso entendimento é o de que as ponderações de Galves são pertinentes em relação à necessidade de se propor uma análise para os clíticos (dativos) sobreviventes de 1ª e 2ª pessoa *me* e *te* (em oposição à perda dos clíticos pronominais de 3ª pessoa) no PB, o que constitui nosso objetivo primordial neste estudo.¹⁷

Antes de nos voltarmos à questão da cisão pronominal no PB, é importante considerar o fato de que numa mesma língua podemos encontrar diferentes tipos de configurações aplicativos. Cuervo (2003), por exemplo, afirma que, no espanhol, os diferentes tipos de aplicativos baixos introduzem o OI num conjunto de verbos ditransitivos. Da mesma forma, o aplicativo alto é identificado em certos predicados inacusativos, com verbos psicológicos. Por fim, o que a autora denomina como aplicativo afetado é projetado nas estruturas bieventivas, acusativas e incoativas numa distinta posição configuracional. Em todos esses casos, o dativo é um argumento aplicado, ou seja, introduzido pelo núcleo aplicativo. Nos mesmos moldes, Torres Morais (2007) reconhece a atuação dos diferentes núcleos aplicativos baixos e altos no PE.

¹⁷ A autora questiona ainda que estruturas de objeto duplo do PB dialetal sejam analisadas em Torres Morais e Salles (2010) em termos da projeção aplicativo (nos moldes da análise de Pylkkänen, (2002, 2008), para a construção de objeto duplo do inglês), alegando ser “um tanto paradoxal pensar que a construção com aplicativo se perdeu no PB padrão, mais próximo do seu ancestral português e se manteve no PB dialetal mais marcado pelo contato” (p. 95). Em relação ao contraste entre o PB dialetal e as demais variedades do PB, nosso entendimento é o de que as diferentes gramáticas viabilizam diferentes possibilidades de implementação, não havendo, presentemente, evidência para se postular que a desativação de uma categoria em uma variedade exclua sua manifestação em outra variedade (em termos de uma noção de *markedness* ou de um *cline* na manifestação de núcleos funcionais). O desafio que se coloca é explicar a existência de duplos na gramática, observada no PB dialetal (em que ocorrem DOC e oblíquo-PP), mas não no dito “PB padrão” (em que a DOC não ocorre) – uma questão também destacada no estudo de Galves (2018).

Assim, no que se segue, buscaremos evidenciar que a distribuição do clítico *me* dativo no PB em certos contextos verbais motiva uma análise do aplicativo alto, lembrando que o mesmo relaciona semanticamente um indivíduo a eventos (vP), os quais podem ser subdivididos em evento estativo (vPBE), evento dinâmico não agentivo (vPGO), caracterizando um conjunto dos predicados inacusativos, e evento agentivo dinâmico (vPDO) Cf. Harley (1995).. Os significados do argumento aplicado estão, portanto, condicionados ao tipo de vP que o aplicativo alto toma como complemento e ao tipo de elemento do qual o núcleo aplicativo é o complemento (cf. CUERVO, 2003, 2020).

4.3 Aplicativo alto no PB¹⁸

4.3.1 O dativo *me* com predicados inacusativos

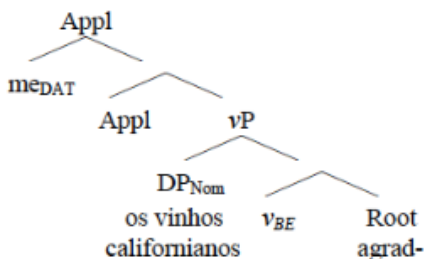
Como vimos anteriormente (cf. seção 3.3), o clítico dativo *me* é licenciado com predicados inacusativos construído com verbos psicológicos do tipo de *agradar*, *parecer*, com verbos existenciais como *faltar*, e com verbos inacusativos de movimento, como *cair*, *chegar*, *crescer*, *vir*, *sair*, *suced* e outros. Nessas estruturas, o clítico de 1ª pessoa é interpretado como experienciador (verbos psicológicos), ou como possuidor/locativo (verbos existenciais e de movimento, respectivamente).

Propomos uma análise generalizada do aplicativo alto para os predicados inacusativos do PB. No caso dos verbos psicológicos *agradar* e *parecer*, o aplicativo alto toma um vP estativo como complemento e introduz o argumento aplicado na posição mais alta, ou seja, externa ao evento (Fig. 3) e (Fig. 4), relativas às sentenças (26a-b):

(26) a. Os vinhos californianos *me* agradam.

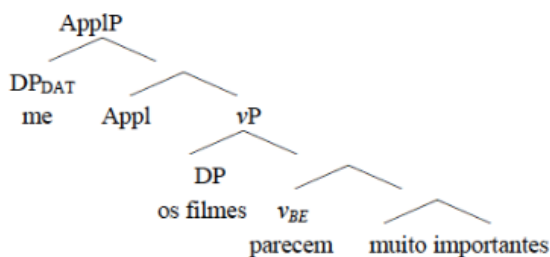
¹⁸ As seções que se seguem contemplando os aplicativos altos, segue Cuervo (2003, 2020) para as estruturas com verbos psicológicos e inacusativos.

Figura 3 – Verbos Psicológicos



b. Esses filmes *me* parecem muito importantes.

Figura 4 – Predicados inacusativos

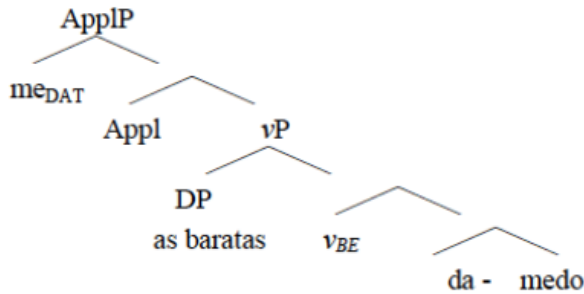


As estruturas acima expressam ainda que o DP tema é o sujeito dos predicados estativos *agradar* e *parecer*, e não o seu objeto. Com Cuervo (2003), argumentamos que essa propriedade do argumento interno, associada à projeção externa do argumento dativo expressam de forma natural duas das propriedades dos predicados psicológicos. A primeira é a de que o argumento nominativo não pode ser um nome *nu*, o que caracteriza uma propriedade identificadora dos sujeitos predicativos. A segunda propriedade relevante é a de que o argumento dativo não participa da relação de predicacão entre o verbo e o DP nominativo.

Na mesma linha de análise, será identificado o uso do verbo *dar* (verbo leve) na expressão de estados psicológicos (27).

(27) As baratas *me* dão medo.

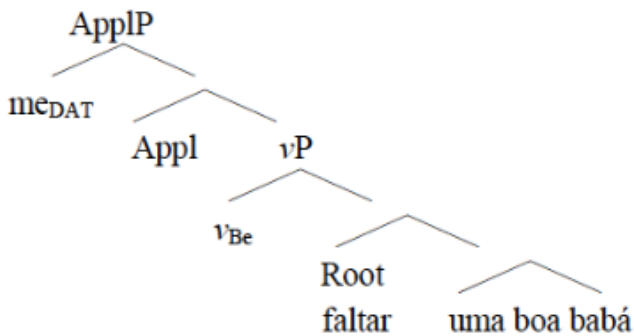
Figura 5 – Verbos leves



Propomos ainda que a análise do aplicativo alto contempla os predicados existenciais. A única diferença entre os verbos existenciais e os psicológicos é a de que o DP do evento estativo é realizado na posição de argumento interno (28).

(28) *Me falta uma boa babá.*

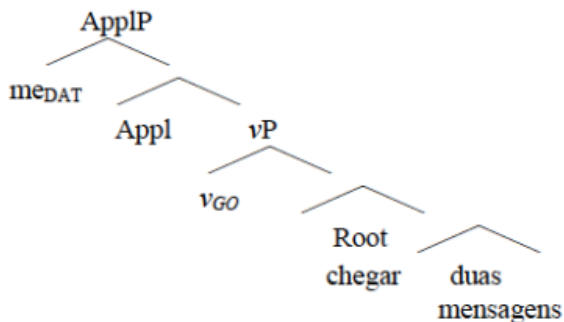
Figura 6 – Verbos existenciais



Da mesma forma, com verbos de movimento como *chegar*, o DP nominativo é gerado na posição de argumento interno da raiz verbal. Porém, neste caso, temos um evento dinâmico não agentivo (**v_{GO}**) selecionado pelo núcleo aplicativo, como expresso na Fig. 7, relativa à sentença (29).

(29) *Me chegaram duas mensagens.*

Figura 7 – Verbos inacusativos dinâmicos

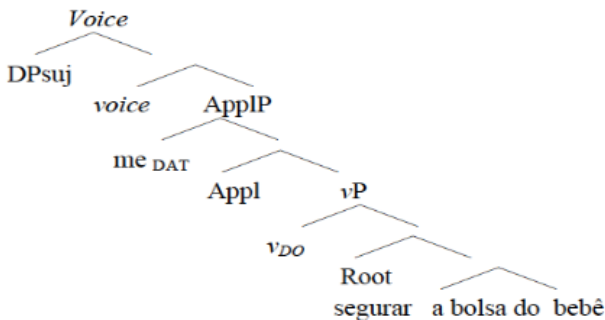


4.3.2 O dativo *me* nas construções ditransitivas

Uma vasta literatura tem se dedicado a identificar algumas construções que são exemplos claros de interpretação, na qual o evento é direcionado para uma pessoa em seu detrimento ou benefício. São os denominados dativo *commodi/incommodi*. Vamos considerar que esses casos são expressos tanto sintaticamente como semanticamente pelos aplicativos altos. No PB temos exemplos claros da interpretação de um objeto aplicado como indivíduo afetado, de modo positivo ou negativo, pelo evento expresso pelos verbos, como ilustrado em (30) e Figura 8.

(30) A babá me segurou a bolsa (do bebê)

Figura 8 – Verbos ditransitivos estativos



O clítico dativo introduzido na estrutura argumental eventiva por um aplicativo alto nos predicados inacusativos e agentivos representa um fator relevante na nossa abordagem da cisão. Procuraremos defender a

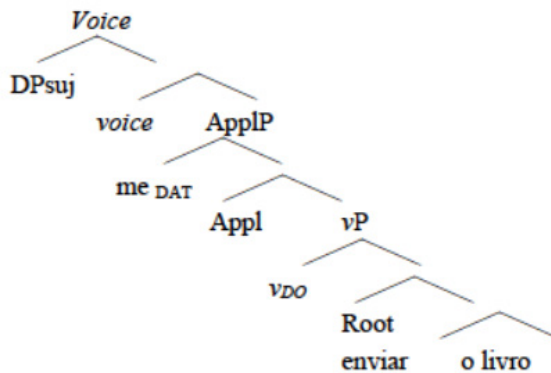
hipótese de que a permanência do clítico *me* evidencia dois movimentos inovadores no PB: o primeiro decorre de uma mudança microparamétrica no sistema dos núcleos sintáticos aplicativos, nos seguintes termos: diferentemente de outras línguas românicas, o PB aciona unicamente o núcleo Aplicativo Alto, o qual introduz os clíticos de 1ª (e 2ª) pessoas na posição de especificador e o relaciona tematicamente a diferentes tipos de eventos. Isso sugere que os aplicativos altos podem ter o mesmo significado básico, algo como “o evento é orientado para o dativo”.

A interpretação de experienciador, beneficiário e malefativo, portanto, não decorre do conteúdo semântico proporcionado pelo núcleo licenciador. Um traço interpretável de pessoa no núcleo aplicativo alto codifica gramaticalmente a pessoa e caso dativo inerente do objeto clítico aplicado (cf. TORRES MORAIS; SALLES, 2010).

Como era de se esperar, portanto, com a perda dos aplicativos baixos no PB, a nossa proposta engloba dentro do cenário dos aplicativos altos, os verbos ditransitivos de movimento e transferência, verbos de criação e posse externa, ilustrado pela estrutura ditransitiva em (31).

(31) O José *me* enviou o livro.

Figura 9 – Verbos ditransitivos dinâmicos



Dessa forma, a relação possessiva entre o objeto aplicado e o OD nas ditransitivas canônicas é recuperada na configuração do aplicativo alto. O aplicativo alto relaciona semanticamente o argumento aplicado ao evento de transferência de posse, possibilitando que o OI possa ser interpretado como o possuidor, recipiente/meta.

O mesmo ocorre com verbos de criação em sentenças ditransitivas como *O José me preparou um jantar, me bateu um bolo* e outros. Nesse contexto, o clítico argumental é interpretado como beneficiário do evento de mudança de estado do OD.¹⁹

Quanto ao segundo movimento inovador para a causa da cisão, propomos que este se refere aos rearranjos no sistema pronominal do PB, em particular, os que afetaram a realização clítica dos complementos acusativos e dativos de 3ª pessoa.

4.3.3 A perda dos clíticos de 3ª pessoa no PB e efeitos da restrição de pessoa

A hipótese de uma generalização do aplicativo alto no PB está associada intimamente com a reanálise referente à perda dos clíticos dativos e acusativos de 3ª pessoa, criando uma cisão entre clíticos pronominais puros e clíticos determinantes (RAPOSO, 1999).

Recentemente, Torres Morais e Salles (2016, 2019) retomam estudos sobre os efeitos da *Restrição Pessoa Caso*²⁰ na realização clítica dos argumentos internos das construções ditransitivas. Dados provenientes de documentação histórica evidenciam que a formação dos grupos de clíticos no português se enquadra na variação denominada *Strong PCC*, descrito por Bonet (1991:182), nos seguintes termos: “Se Dativo, então acusativo de 3ª pessoa”, como ilustrado nas sentenças (32a-d).

- (32) a. O João não *me/ te/ lhe* apresentou o Pedro.
 b. O João não *mo/ to/ lho* apresentou. 1a /2a /3/a P – dat; 3a P acus.
 c. * O João não *te me* apresentou. *2a P – dat; 1a P - acus.
 d. * O João não *me te* apresentou. * 1a P – dat; 2a P - acus

Seguindo Pancheva e Zubizarreta (2018), assumimos que o PCC é um fenômeno da interface entre a sintaxe e a semântica, na medida em que um traço de pessoa interpretável no núcleo aplicativo é responsável pela marcação gramatical do objeto indireto OI, introduzido no SpecAppIP, como centro do ponto de vista. Dependendo do valor

¹⁹ A realização do beneficiário na posição de aplicativo alto está contemplada na análise do dativo ético no PB (cf. ROCHA, 2017).

²⁰ *Person Case Constraint* (PCC).

do traço interpretável de pessoa nas gramáticas individuais, o OI pode estar restrito à 1ª pessoa ou à 2ª pessoa, ou a ambas, ou incluir as 3as pessoas, contanto que estas sejam igualmente apropriadas para centro da perspectiva, ou sejam tenham o traço de animacidade, no sentido de estarem associadas aos papéis temáticos do OI, a saber, recipiente/meta, experienciador, possuidor, afetado.

Segundo as autoras, a codificação sintática da noção semântica de ponto de vista é responsável pelos efeitos de sensibilidade de pessoa nas configurações de PCC. Adotando as especificações de traços relacionados à pessoa, proposta em Nevins (2007), as autoras acrescentam a elas o traço [aproximativo]. Assim, como elas esclarecem, a assimetria entre 1ª e 2ª pessoas e argumentos de 3ª pessoa é capturada pela especificação positivo (+) *versus* negativo (-) do traço participante. Os dois argumentos participantes são ainda distinguidos através do traço [+/- autor]. Por sua vez, a noção aproximativo, como a noção de 1ª e 2ª pessoas, está relacionada com a situação da fala, entendida em termos de perspectiva. Nas palavras das autoras “*1P and 2P arguments are inherently proximate, being part of the speech event. 3P arguments may or may not be proximate, depending on context.*” (PANCHEVA; ZUBIZARRETA, 2018: 13).

Ainda segundo esta proposta, o OI introduzido no SpecAppl ativa uma relação de concordância com o traço interpretável de pessoa do Appl expressando uma concordância com o seu próprio traço interpretável de pessoa. Portanto, dentro da fase aplicativa, manifestam-se os diferentes tipos de PCC, ativados por uma restrição de pessoa, com cláusulas que atuam de forma variável nas diferentes línguas. Para nós, o importante é reconhecer que o português histórico e o PE contemporâneo ativam em suas gramáticas o *Strong PCC* com três restrições relevantes: (i) restrição imposta ao OD de 3ª pessoa (ii) proibição das combinações entre 1ª e 2ª pessoas; (iii) permissão para as combinações de duas 3as pessoas. Com essas propriedades, conclui-se que o traço de pessoa interpretável no Appl é valorado [+ aproximativo], como caso *default*.

Com a perda dos clíticos de 3ª pessoa no PB, não se formam mais grupos de clíticos nos moldes das restrições impostas pelo PCC forte, o que nos leva a reconhecer uma reanálise radical na caracterização dos traços de Pessoa no PB, de modo que valores binários contrastivos tais como [+participante] *versus* [-participante] no evento de fala, ou [+ aproximativo] *versus* [-aproximativo] deixam de ser relevantes.

Consequentemente, a 1ª e 2ª pessoas são identificados no traço monovalente [participante] do núcleo funcional aplicativo.

Entende-se por que, embora sem instanciar o PCC forte com a perda dos clíticos acusativos e dativos de 3ª pessoa, o PB não permite a formação de dupla pronominalização com os clíticos *me*, *te/te*, *me* no domínio da fase aplicativo (33).

- (33) a. *O João *me te* apresentará. [*1-DAT, 2-ACUS]
 a'. O João te apresentará *a mim*.
 b. *A Maria *te me* apresentará. [*2-DAT, 1-ACUS]
 b'. A Maria me apresentará *a ti/a você*.

Vamos propor, portanto, que a mudança de natureza microapamétrica efetivada na cisão no sistema pronominal dos complementos clíticos no PB se reflete no traço de Pessoa interpretável do núcleo aplicativo.

5 Considerações finais

Neste texto investigamos o fenômeno da cisão pronominal na expressão do dativo no português brasileiro (PB), em que se verifica o uso dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas no singular, *me* e *te*, em oposição ao uso do pronome forte de 3ª pessoa como complemento da preposição dativa (*para ele(s)* e *ela(s)*), diante da perda do clítico dativo *lhe(s)*.

Argumentamos a favor da hipótese de que a cisão dos clíticos dativos no quadro pronominal, em particular a permanência do clítico *me*, evidencia dois movimentos inovadores no PB, decorrentes de opções microparamétricas altamente específicas. O primeiro movimento se efetiva no sistema dos núcleos sintáticos aplicativos, nos seguintes termos: diferentemente de outras línguas românicas, o PB aciona unicamente o núcleo Aplicativo Alto, o qual introduz os clíticos de 1ª (e 2ª) pessoas na posição de especificador e os relaciona tematicamente a diferentes tipos de eventos. Um traço interpretável de pessoa no núcleo aplicativo alto codifica gramaticalmente a pessoa e o caso dativo inerente do objeto clítico aplicado. A segunda inovação decorre diretamente da perda dos clíticos dativos e acusativos de 3ª pessoa no PB, criando uma cisão entre clíticos pronominais e clíticos determinantes. Em particular, mostramos que a ausência dos efeitos da Restrição Pessoa Caso na gramática é uma

evidência adicional de reanálise na caracterização dos traços de pessoa de modo que valores binários deixam de ser relevantes. Conseqüentemente, a 1ª e 2ª pessoas são identificados no traço [participante] do núcleo funcional aplicativo.

Declaração de autoria

Este artigo foi elaborado pelas autoras dentro de uma estratégia de discussões que envolveram desde a escolha do tema, os fatos descritivos e abordagem teórica de orientação gerativista. Além disso, foi decidido em comum acordo a estrutura do texto, com divisão em 4 seções, acrescidas de introdução, conclusão e referências bibliográficas. Partes do texto final foram apresentadas em dois eventos, dos quais ambas as autoras participaram, a saber, o VCILH e o 3EGG.

Agradecimentos

Versões anteriores deste artigo foram apresentadas no V Congresso Internacional de Linguística Histórica (VCILH), em homenagem à Mary Kato e Charlotte Galves, e no III Encontro de Gramática Gerativa (IIIIEGG), em homenagem à Sonia Cyrino e Eugênia Duarte. As autoras agradecem às audiências pelas importantes contribuições. Expressamos ainda os nossos agradecimentos à leitura cuidadosa e importantes sugestões enviadas pelos dois pareceristas anônimos deste texto.

Referências

BERLINCK, R. Datives. In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDOMCK (eds.) *The Dative, Descriptive Studies*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 119-151.

CALINDRO, A. R. *Introduzindo argumentos: Uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro*. 2015. 206p. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2015.

CANÇADO, M. Verbal alternations in Brazilian Portuguese: a lexical semantic approach. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, De Gruyter Mouton, v. 3, n. 1, p. 77-111, 2010. DOI:10.1515/shll-2010-1066

CANÇADO, M.; NEGRÃO, E. *Two possessor raising constructions in Brazilian Portuguese*. Comunicação apresentada ao VIII Workshop on Formal Linguistics. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge MA: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: The framework. In: MARTIN, R. et al. (eds.). *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 89-155.

CHOMSKY, N. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed.). *K. Hale: A Life in Language*. Current Studies in Linguistics 36. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 1-52.

CIRÍACO, L. S. A construção transitiva de sujeito agente-beneficiário no português brasileiro. *Caligrama*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 83-98, 2014.. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.19.2.83-98>.

CUERVO, M. C. *Datives at Large*. 2003. 212p. PhD thesis. Department of Linguistics, Massachusetts Institute of Technology, 2003.

CUERVO, M. C. Against ditransitivity. *Probus*, De Gruyter Mouton, v. 22, p. 151-180, 2010. <https://doi.org/10.1515/prbs.2010.006>

CUERVO, M. C. Datives as applicatives. In: PINEDA, A.; MATEU, J. (eds.). *Dative constructions in Romance and beyond*. Berlin: Language Science Press, 2020. p. 1- 42.

CYRINO, S.M.L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Editora Contexto, 2018. p. 129-142.

CYRINO, S.M.L O objeto nulo do português brasileiro: sincronia e diacronia. In: GALVES, C.; KATO, M.; ROBERTS, I. (orgs.). *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*. Campinas, Editora da Unicamp, 2019. p. 173- 200.

DUARTE, M.E.L. O papel da sociolinguística na descrição da gramática da escrita contemporânea. In: MARTINS; M. A.; TAVARES, M.A. (orgs.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa*. 1ed. Natal: EDUFRN, 2013. p. 113-142.

DUARTE, M.E.L.; FREIRE, G. C. Como a escrita padrão recupera formas em extinção e implementa formas inovadoras. In: PAIVA, M. C.; GOMES, C. A. (orgs.) *Dinâmica da Variação e da Mudança na Fala e na Escrita*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. p. 121-142.

FOURNIER, D. *La structure du prédicat verbal: une étude de la construction à double object en français*. 2010. 274p. PhD, University of Toronto, 2010.

FREIRE, G. C. *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*, 2000.118p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

FREIRE, G. C. *A Realização do Acusativo e do Dativo Anafórico de 3ª Pessoa na Escrita Brasileira e Lusitana*. 2005. 215p. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001.

GALVES, C. Competition, stability and change in the emergence of Brazilian Portuguese. In: BREITBARTH, A.; BOUZOUITA, M.; DANCKAERT, L.; FARASYN, M. (eds.) *The determinants of diachronic stability*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, 2019. p. 191-2014.

GALVES, C. Ainda sobre os pronomes do português brasileiro. Sintaxe, morfologia e variação. In: NEVINS, A.; BOECHAT, A. (orgs.). *O apelo das árvores*. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 79-100.

GOMES, C. A. *Aquisição e perda da preposição no português do Brasil*. 1996. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Janeiro, 1996.

GOMES, C. A. Variação e Mudança na Expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro, FAPERJ/Contracapa, 2003. p. 81-96.

GONÇALVES, A.; RAPOSO, E. Verbo e sintagma verbal. In: RAPOSO, E. et al. (coord.) *Gramática do português*. Volume 2. Cap. 28, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkiano, 2013. p. 1153-1218.

HALE, K.; KEYSER, S. J. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (eds.). *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 53-109.

- HARLEY, H. *Subjects, events and licensing*. 236 p. PhD Dissertation. Massachusetts Institute Technology, 1995. Dept. of Linguistics and Philosophy, 1995.
- KATO, M. A gramática do letrado. In: MARQUES, M. A.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (orgs.) *Ciências da linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM/ Universidade do Minho, 2005. p. 131-145.
- KATO, M.; CYRINO, S.; CORRÊA, V. R. Brazilian Portuguese and the recovery of lost clitics through schooling. In: PIRES, A.; J. ROTHMAN. (eds.). *Minimalist inquiries into Child and Adult Language Acquisition*. New York: Mouton de Gruyter, 2009. p. 245-272.
- LOPES, C. R. *et al.* Sobre norma e tratamento em cartas a Rui Barbosa. In: AGUILERA, V. (org.) *Para a História do Português Brasileiro*. Vol. VII. Londrina: Vozes/Veredas/Voragens, 2009. p. 45-92.
- LOPES, C. R. S.; CAVALCANTE, S. R. O. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Linguística*, v. 25, p. 30-65, 2011.
- MARANTZ, A. Verbal argument structure: Events and participants. *Lingua*, v. 130, p. 152-168, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2012.10.012>
- MANZINI, R.; FRANCO, L. Goal and DOM datives. *Natural Languages and Linguistic Theory*. , v. 34, p. 197-240, 2016. ISSN-1573-0859 (web)
- MENON, O. P. S. E não me fique grávida! Ou o caso do dativo ético. In: GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. (orgs.) *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. v. 1. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 155-171.
- MENUZZI, S.; LOBO, M. Binding and Pronominal Forms in Portuguese. In WETZELS, L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. (eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Wiley -Blackwell, 2016. p. 338-355.
- NEVINS, A. The representation of Third-person and its consequences for person-case effects. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 25, p. 273-313, 2007.
- NUNES, J. Clíticos acusativos de terceira pessoa em português brasileiro como concordância de objeto. In: GALVES, C.; KATO, M.; ROBERTS, I. (orgs.) *Português brasileiro*. Uma segunda viagem diacrônica. Campinas, Editora da UNICAMP, 2019. p. 151-172.

NUNES, J. Especificação morfológica de pronomes nominativos, concordância verbal e sujeitos nulos em português brasileiro. *Forum Linguístico*, Número Especial. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. v. 17, p. 4658-4672, 2020. <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2020v17nespp4658>

PANCHEVA, R.; ZUBIZARRETA, M. L. The Person Case Constraint: The syntactic encoding of perspective. *Natural Language and Linguistic Theory*. v.36. 2018. p.1291-1337.

PEREIRA, M. B. *Predicados bitransitivos do português dialetal do Brasil Central (PBC)*. Construções de objeto duplo e de redobro do clítico. 2019. 260p. Tese Doutorado Universidade de Brasília, 2019.

PINEDA, A. Double object constructions and dative/accusative alternations in Spanish and Catalan: A unified account. *Borealis: An International Journal of Hispanic Linguistics*, v. 2, p. 57–115, 2013. <https://doi.org/10.7557/1.2.1.2524>

PINEDA, A. From dative to accusative. An ongoing syntactic change in Romance. *Probus*, v. 32, n. 1, p. 129-173, 2020. <https://doi.org/10.1515/probus-2019-0001>

PYLKKÄNEN, L. *Introducing arguments*. 2002, 137p. Ph.D thesis. MIT, Cambridge 2002.

PYLKKÄNEN, L. *Introducing arguments*. Cambridge, Massachusetts/London: The MIT Press, 2008.

RAMOS, J. *Marcação sintática e mudança sintática no português*. 1992. 354 p. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 1992.

RAPOSO, E. Some observations on the pronominal system of Portuguese. *Catalan Working Papers in Linguistics*, Barcelona, v. 6, p. 59-93, 1999. ISSN 1132-256X

ROBERTS, I. *Diachronic Syntax*. Cambridge: Oxford University Press, 2007.

ROBERTS, I. Gramáticas ‘marginais’ e mudanças sintáticas ‘extremas’: o inglês e o português brasileiro. In: GALVES, C.; KATO, M.; ROBERTS, I. (orgs.) *Português brasileiro*. Uma segunda viagem diacrônica. Campinas, Editora da UNICAMP, 2019. p. 23-56.

ROSA, B. G. *Applicatives in dialectal Brazilian Portuguese*. 2017. 157p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

RUMEU, M. C. de B. A implementação de *você* no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel. 2008. 276p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SALLES, H.M.L.; TORRES MORAIS, M.A. Estrutura argumental no português brasileiro: perdas e alinhamentos inovadores nos sistemas pronominal e preposicional. *Cuadernos de la ALFAL*. n.12, (2) p. 467-490, 2020. ISSN 2218- 0761

TORREGO, E. *The Dependencies of Objects*. Cambridge: MIT Press, 2010.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. de A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos *In: MATTOS e SILVA, R. V.; LOBO, T. (orgs.)*. *Novos Dados, Novas Análises*. v. VI, Tomo I, Salvador, EDUFBA, 2006. p. 73-106.

TORRES MORAIS, M.A. *Os dativos*. 2007. 242p. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, 2007.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. de A. ‘Eu disse pra ele’ ou ‘Disse-lhe a ele’: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. *In: CASTILHO, A. T. de; TORRES MORAIS, M. A.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. (orgs.)*. *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo, Fapesp; Campinas, Editora Pontes, 2007. p. 61-83.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. de A. O objeto indireto. Argumentos aplicados e preposicionados. *In: CYRINO, S.; TORRES MORAIS, M. A. (orgs.)*. *Mudança sintática no português brasileiro: perspectiva gerativista*. São Paulo, Editora Contexto, 2018. p. 252-307.

TORRES MORAIS, M. A. ; SALLES. H. M. L. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, n. 22, p. 181- 209, 2010. <https://doi.org/10.1515/probus-2019-0001>

TORRES MORAIS. M. A.; SALLES, H.M.L. The external possessor construction in European Portuguese and Brazilian Portuguese. *In: KATO, M.; ORDÓNEZ, F. (eds.)*. *The Morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 204-235.